

Justiça quer melhorar serviços para cidadãos

ENCONTRAR formas de melhorar os serviços de Justiça prestados aos cidadãos é o principal objectivo do II Conselho Coordenador do Ministério da Justiça, Assuntos Constitucionais e Religiosos a iniciar amanhã, no distrito de Marracuene, província de Maputo.

Sob o lema "Desafios da Justiça em Pro do Cidadão", o encontro de três dias vai juntar quadros deste ministério e de outras instituições por si tuteladas, entre as quais o Instituto de Patrocínio e Assistência Jurídica (IPAJ), Serviço Nacional das Prisões (SERNAP), o Centro de Formação Jurídica e Judiciária, a Direcção Nacional dos Registos

vista a servir cada vez melhor o cidadão.

"São vários desafios que o sector da Justiça tem, desde infra-estruturas, recursos humanos, expansão de alguns serviços às comunidades, sobretudo aos distritos para que possam abranger cada vez mais cidadãos", explicou Tonela.

Explicou que o II Conselho Coordenador será caracterizado pela apresentação de diversos temas ligados ao sector e outros que podem contribuir para um melhor desempenho do ministério.

Entre os temas previstos, está "A religião como fonte de justiça e do direito", escolhido

nais e desta interacção há muita informação e ensinamentos que temos estado a receber e acreditamos que esses elementos podem constituir fontes de direito, da convivência social. Queremos levar aquilo que é positivo a acomodar e reger", explicou Tonela.

O encontro também vai fazer o balanço das actividades do Ministério em 2015 e no primeiro trimestre de 2016, mas estas serão ainda apresentadas e discutidas durante as sessões que iniciam depois da abertura do encontro.

Justino Tonela acrescentou que outros temas a serem abordados têm a ver com os desafios da implementação das Medidas e



Justino Tonela, director-geral do IPAJ e porta-voz do II Conselho Coordenador

e Notariado, entre outras.

O porta-voz do encontro, Justino Tonela, que é também director-geral do IPAJ, explicou ao "Notícias" que o encontro pretende buscar soluções para os vários desafios que o sector de Justiça enfrenta no país com

devido à nova nomenclatura do ministério que agora engloba assuntos religiosos e constitucionais.

"No âmbito do novo nome que agrega os assuntos religiosos, temos ouvido e trabalhado com as confissões religiosas nacio-

Penas Alternativas à Pena de Prisão; os desafios da modernização na prestação de serviços dos registos e notariado; formação profissional no sector da justiça e gestão de recursos humanos e financeiros na actual conjuntura.

VICE-PGR

Punir pais que abandonam filhos

HÁ necessidade de aprimorar medidas com vista à penalização de pais que abandonam os filhos, obrigando-os a procurar alternativas de sobrevivência na mendicância e prostituição.

A ideia foi defendida há dias na capital pelo vice-Procurador-Geral da República, Edmundo Alberto, que falava numa reunião sobre o tratamento de matérias relacionadas com menores vítimas de violência.

Segundo Edmundo Alberto, é missão da justiça assegurar o pleno cumprimento de medidas repressivas contra os progenitores que não dão protecção aos seus filhos.

Para o pleno funcionamento das normas jurídicas, há necessidade de uma reflexão sobre a responsabilização criminal do progenitor, tutor ou responsável do menor sempre que o coloca na rua para pedir esmola e fazer prostituição (no caso de rapariga)",

disse Edmundo Alberto.

No encontro esteve presente, entre muitas figuras, o representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Matthias Naab. Este apelou para o reforço do acesso à justiça. Disse também que a protecção dos menores é um imperativo ético, um direito humano essencial que deve ser implementado com eficácia.

A reunião para o tratamento de matérias de menores vítimas de violência contou com a presença de cerca de 50 participantes, entre magistrados do Ministério Público, membros da Polícia da República de Moçambique (PRM), dos gabinetes de Atendimento da Mulher e Criança Vítimas de Violência e técnicos do Ministério da Saúde.

Esta acção surge no âmbito do projecto de "reforço do acesso à justiça, Estado de Direito e Protecção dos Direitos humanos", apoiado pelo PNUD.